

<!-- @page { margin: 2cm } P { margin-bottom: 0.21cm } -->

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA REDUÇÃO II DA NOVELIS DE OURO PRETO E SEUS IMPACTOS, REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2013

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e treze, deu-se início à Audiência Pública da Empresa Novelis no Plenário desta Casa. Presidente - Vereador Leonardo Edson Barbosa: ?Vamos dar início aos nossos trabalhos, Primeira Audiência Pública da Câmara Municipal de Ouro Preto em dois mil e treze, o assunto é o encerramento das atividades da Redução dois da Novelis de Ouro Preto e seus impactos. Esse pedido foi solicitado pelo Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de São Julião. Quero dizer que esta audiência pública está sendo transmitida pela Rádio Província de Ouro Preto e pela Rádio Sideral de Cachoeira do Campo. Eu gostaria de convidar os Vereadores presentes para ocuparem seus lugares, Nicodemos, Roberto Leandro, Edson Wander Ribeiro (Dentinho), Thiago, Chiquinho que vai nos secretariar, Luiz Gonzaga e Vereadora Solange Pereira. Agradecer também o apoio da nossa assessora Beth, companheira de todas as nossas Audiências. Peço o Serviço de Apoio para encaminhar nossos convidados aos seus assentos. Vou convidar primeiramente o senhor Doutor Ricardo Carneiro, representando a Novelis, convido os senhores Roberto Wagner, do Sindicato São Julião, Doutor Victor Lúcio Ferreira, da Assessoria Jurídica e de saúde do trabalhador do Sindicato Metalúrgico, Geraldo de Araújo Silva, da Federação Democrática dos Sindicatos Metalúrgicos de Minas Gerais, Pablo Andrade do Movimento dos atingidos por barragem, Giordano Carvalho do Fórum Estadual Permanente da Saúde do Trabalhador. Registro a presença dos Vereadores José do Binga e Alysson Gugu, e também do Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Marco Antônio de Freitas, seja bem vindo. Tenho aqui, senhor Secretário, antes de darmos início aos nossos trabalhos, o Ofício enviado a essa Câmara, da Adop, e peço o senhor para que possa ler este Ofício?. Vereador Chiquinho de Assis: ?Ouro Preto, trinta de janeiro de dois mil e treze, à Câmara Municipal de Ouro Preto, referência Manifestação solidária de apoio a Novelis do Brasil, Ato Público, Audiência Pública, trinta de janeiro de dois mil e treze. A Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto ? Adop ? Instituição do Terceiro Setor de Ouro Preto e que mantém as Titularidades Públicas nos âmbitos Municipal e Federal, vem a público reconhecer a legitimidade da manifestação liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Preto e Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais. Da mesma forma vem manifestar, por meio deste instrumento, solidariedade e apoio à empresa Novelis do Brasil, em decorrência da Audiência Pública que hoje se instaura nessa Casa. A manifestação de apoio da Adop à Novelis representa o posicionamento de seu comitê de parceiros, representado por mais de trinta Empresas e Instituições com atividades sócio-econômicas ativas no município de Ouro Preto e que se fundamentou nos seguintes fatos; considerando que a empresa Novelis é uma das empresas precursoras na criação da Adop, e que vem contribuindo na viabilização e o fomento da Instituição e de outros importantes projetos sócio- ambientais na região desde junho de dois mil e quatro, como por exemplo, os mais de cento e cinquenta projetos sócio- ambientais desenvolvidos pela empresa por meio da Adop, em benefício da comunidade ouropretana; considerando que o respeito e sobretudo a credibilidade conquistada pela Adop junto aos formadores de opinião e a comunidade, só foi possível pelo respaldo, comprometimento e engajamento dos empresários e empresas da região, dentre as quais se destaca a empresa Novelis e que por meio da parceria com a Adop vem participando do reforço compartilhado em prol do desenvolvimento do município de Ouro Preto e região. Considerando a importância histórica e o valor sócio- econômico da Novelis para Ouro Preto e Brasil e que, mesmo nos momentos mais difíceis da conjuntura econômica do país, assegurou emprego e qualidade de vida para centenas de famílias ouropretanas, considerando que o momento requer que sejamos solidários e que juntemos esforços e busquemos soluções por hora, para recolocação dos profissionais no mercado, processo já capitaneado e liderado pela própria Novelis, depois para que possamos assegurar e fortalecer o significativo quase quinhentos empregos mantidos pela empresa, considerando o aspecto social e econômico que a empresa impacta de forma positiva, quer na perspectiva dos postos de trabalho e em postos gerados, mas também pela política adotada pela empresa que preza pelas boas práticas culturais, ambientais e sociais manifestadas no relacionamento ético que a empresa mantém com a comunidade. Reiteramos então, nosso apoio incondicional por

acreditar na determinação da empresa e gestão de seus dirigentes no sentido de minimizar os impactos negativos que possam ser gerados pelo atual cenário. Por fim, desejamos que a Novelis tenha serenidade e adote as melhores estratégias para garantir a continuidade dessa importante planta em nosso município. A Adop coloca-se de forma determinada e à disposição da Novelis e de outras partes interessadas para que possamos buscar soluções, que possam garantir de forma sustentável e harmônico, a competitividade e perpetuação da empresa no município, por muitos e muitos anos. Atenciosamente, Gabriel Márcio Nahim Trópia ? Coordenador do Comitê de Parceiros da Adop?. Presidente: ?Foi lido o ofício da Adop, o qual na condição de parlamentar, eu repudio esse ofício. Quero registrar a presença da senhora Joana D"arc de Oliveira, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente ? Codema ? seja bem vinda. Sejam todos bem vindos, representantes do Sindicato Metalúrgico de São João Del Rei e região, Arnaldo Meres Passos; Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Três Marias e Região, Guilherme da Silva; Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Divinópolis, Paulo Aparecido; Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Pirapora e Região, Gildeon, Heli Marcio e Aldiério; do Sindicato Metalúrgico de Itajubá e Região, Maurício Victor; do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Itaúna e Região, Antônio; Sindicato da Assufop, senhor Sérgio Neves; da Associação dos Moradores do Bairro Padre Faria, senhor Antônio do Carmo; do Jornal Ouro Preto, senhora Christina Tárzia; do Conselho Municipal de Saúde; da Famop, senhor Geraldo Evangelista; demais Sindicatos e outras Entidades que estão presentes. Vamos dar sequência aos nossos trabalhos, depois de apresentar as pessoas e quase ter sido obrigado a ouvir, este papel rabiscado que a Adop mandou para essa Audiência Pública. Passo a palavra para o Presidente do Sindicato Metalúrgico de Ouro Preto, São Julião, senhor Roberto Wagner, para falar por dez minutos. Se for preciso o tempo será prorrogado?. Roberto Wagner: ?Boa noite a todos. Primeiramente quero agradecer à Câmara Municipal por ter proporcionado este evento, quero chamar a atenção também, porque foram várias Instituições convidadas, e várias não estão presentes aqui. Trataremos de um assunto sério, de um caos social em Ouro Preto, e entendemos que as Instituições deveriam estar qui presente para defender os interesses da sociedade como um todo. O assunto é muito grave e entendemos que pode chegar a um ponto em que a arrecadação da Prefeitura possa vir a diminuir, temos impactos com relação à educação, saúde, moradia, entre outros. Ouro Preto está com uma boa arrecadação, mas caso a Novelis paralise suas operações, empresa de grande porte, isso afeta na arrecadação e o impacto social será violento. Quero agradecer a presença de todos, aqui estão os Diretores dos nossos sindicatos, legítimos representantes dos trabalhadores, e em Assembleia do Sindicato, foi determinado a promoção dessa audiência, tendo como tema central, barrar demissões de cento e sessenta trabalhadores proposta pela Novelis. O objetivo central e principal é buscar todos os meios possíveis, negociar, até por meios políticos, barrar essas demissões. Em ultimo caso, temos que pensar e começar a desenvolver criticamente, que se uma empresa que vem explorar nossos recursos naturais, constroem hidrelétricas, propondo gerar empregos, ganha ativos e patrimônio, para gerar empregos e chegou ao ponto de gerar três mil postos de trabalho, hoje com a proposta de manter quatrocentos e quarenta postos de trabalho, que serão mantidos, tem que se pensar ate numa estatização, porque se não buscar isso os Indianos, investir em Ouro Preto, ter responsabilidade social, com relação aos impactos sociais, ao passivo social, aos trabalhadores e a sociedade como um todo, temos que pensar sim, no futuro uma tentativa de estatização dessa empresa. Porque estamos caracterizando o possível encerramento da produção de alumínio primário em Ouro Preto, isso trata-se do histórico. Vamos falar primeiro da Convenção cinquenta e oito da OIT, que trata das questões de demissões, nos casos de dispensas justificáveis por motivos econômicos, tecnológicos, estruturais e análogos determina a observância de vários critérios, entre eles a necessidade de comprovação, por parte do empregador, da justificabilidade da dispensa, isso é importantíssimo. Não é só querer falar que vai reestruturar, tem que justificar e provar. Em momento algum foi apresentado a prova da necessidade de reestruturação dessa empresa. Pela Convenção cinquenta da OIT existem três situações distintas, relacionadas a possibilidade do termino da relação de emprego. A Novelis está tentando usar, por motivos econômicos, tecnológicos, estruturais e análogos a serem previstos pela regularização da Convenção. Entendemos que o término é injustificável, que não atende aos quesitos anteriores, e que portanto, deveria levar a readmissão, se caso forem demitidos, do empregado, o pagamento da indenização adequada ou a reparação que seja considerada apropriada. Falamos disso aqui porque em "Pinda" tentaram fazer isso e foi um fiasco. Demitiram anunciando causas econômicas. O TST já deu a sentença, e ela já esta em mais de vinte milhões. A empresa chega, explora nossos recursos e mão de obra, degrada o meio ambiente, vira as costas para o

trabalhador e encerra suas atividades, deixando trabalhadores doentes. Considerações do Sindicato, segundo recomendado pela Convenção cinquenta da OIT e sendo a empresa uma multinacional, ela deveria seguir as recomendações da OIT? e apresentar as justificativas e a sua comprovação, antes da abertura do processo de negociação. Desde o dia dezessete, a empresa tenta, em inúmeros ofícios endereçados ao sindicato, falar na mídia e com trabalhadores, que o Sindicato não quer negociar. Nós queremos negociar e vamos falar disso na apresentação. Entendemos que o fechamento da Redução dois e futuramente da Redução três, é um processo que já vem ao longo dos anos, e que vai acontecer o término da produção de alumínio primário em Ouro Preto, acreditamos nisso. A empresa vive o problema do não interesse dos acionadas, nesta planta, desde processo de compra da Alcan pelo Grupo Aditya Birla. Em dois mil e cinco, no processo de compra, a Alcan Ouro Preto e Aratu foi colocada no pacote como imposição da Alcan para a venda do conjunto, e ela não aceitou o desmembramento que se falava dentro da empresa. Eu tenho vinte e nove anos de empresa e participei deste processo e posso falar com propriedade. Em todo momento da negociação, se falava que os empresários da Índia, não queriam os ativos de Ouro Preto e de Aratu, e não queria a produção de alumínio primário em Ouro Preto. Eles queriam apenas a planta de Pinda e os investimentos em Pinda, a ordem foi de mais de quinhentos milhões de dólares e em Ouro Preto não usaram nenhum centavo em desenvolvimento tecnológico e ampliação da capacidade de produção. Em dois mil e oito, foi fechado a Fábrica de Alumínio em Ouro Preto, sendo demitidos cento e setenta e cinco trabalhadores diretos e mais de quatrocentos indiretos. Na época, em Audiência que teve nesta Casa, a Novelis anunciou que estaria recolocando estes trabalhadores, mas as demissões continuaram acontecendo paulatinamente, ocasionando o fechamento da Alumina. Alguns trabalhadores encontravam-se enfermos, acima do peso, com problemas de esôfago, coluna, o que gerou irregularidades nestas demissões. Tanto foi irregular que acionamos a Justiça pedirei ao Dr Vitor para falar, ele que é da assessoria do Sindicato e de assessoria de Engenharia de Segurança, do que fizemos para dar um pouco de respaldo à estes trabalhadores lesados, pela postura irresponsável da empresa. Outros, com mais de vinte e cinco anos de trabalho foram demitidos, mesmo tendo direito a aposentadoria especial. O TRT reconhece os setores em laudos periciais, em sentenças que serão esplanadas pelo Dr Vitor, inclusive de setores que são prejudiciais à saúde. A Justiça Federal também reconhece e esta concedendo aposentadoria à estes trabalhadores, depois de longa batalha na Justiça. Só a empresa que se considera acima da Lei, é o que entendemos. O Grupo Indiano não quer cumprir legislação da Constituição que permite que ele explore os recursos, nossa mão de obra, obter lucros, mas que no mínimo precisa cumprir o básico, que é respeitar a Constituição Federal e as Leis. Ante a grande demanda trabalhista e previdenciária para o Sindicato, no sentido de minimizar os impactos sociais e aposentar estes trabalhadores, cabe pontuar a estratégia ardilosa da Novelis, para com a sociedade, ela mente em relação às demissões e esconde o fato de demitir vários trabalhadores doentes e em tempo de aposentadoria. Isto é fato. Em dois mil e dez, ela fechou na fábrica de Aratu, demitindo quatrocentos trabalhadores, sendo um grande fiasco social, o que necessitou a intervenção do Judiciário, após o acionamento do Sindicato. Ou seja, essas demissões sumárias estão sendo punidas pelo Tribunais do Trabalho. Na época, a justificativa usada pela Novelis, eram problemas econômicos. Como ter problemas econômicos, já que investe quinhentos milhões em outra unidade, dentro do próprio estado? É um absurdo, uma justificativa absurda. Cabe pontuar, que só não houve o fechamento da fábrica de Ouro Preto, nessa época por causa da mobilização social, por causa do fiasco que aconteceu lá em Aratu. Conseguimos fazer uma audiência pública, aqui na Câmara, sensibilizar a sociedade, para o problema, conseguimos fazer, via encaminhamento da própria audiência daqui, uma audiência na Assembleia Legislativa, que envolveu as Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho e de Meio Ambiente. Levantamos na época, todo o passivo, tanto ambiental, como trabalhista e social, se fechasse a empresa. A pressão social impediu a pretensão que existia aqui em Ouro Preto. Porque entendemos que logo depois do processo de aquisição da Alcan pelo Grupo Aditya Birla, pela Novelis, iniciou-se o processo de fechamento da planta de Ouro Preto e Aratu. Nós entendemos que o interesse da Empresa, que o fechamento da Redução é por causa dos problemas ambientais e venda de energia. Estamos caracterizando dessa forma. Quanto aos problemas ambientais, seria necessário investimentos na planta de Ouro Preto, o que não é do interesse do Grupo Aditya Birla e o fiasco do fechamento da fábrica de Aratu. A Novelis recuou sua pretensão, ela não fechou a empresa em dois mil e dez por isso, acreditamos nisso. Desta feita, conseguimos segurar por mais de dois anos, as pretensões da Empresa, de fechamento da unidade de Ouro Preto. Agora a Novelis volta à pauta, na pretensão de encerramento da produção de alumínio primário em Ouro

Preto, primeiramente com o fechamento da Redução dois e, posteriormente acreditamos que fechará também a Redução três, sob o pretexto para não tornar-se competitiva, com este discurso ela tenta novamente ofuscar a percepção da sociedade e, nós pedimos à sociedade que avalie este fenômeno sob os olhos da razão, não sob olhos de discurso. Este discurso da Adop, o que é isso? É só pegar o histórico, a Empresa teve três mil trabalhadores e agora só vai deixar quatrocentos e quarenta. Empresa, que recebeu inúmeros incentivos fiscais, construiu hidrelétricas, propondo empregos, e vem demitir, que responsabilidade social é esta? Este discurso, trata-se de um engodo. As metas assumidas pela empresa, de trinta e nove por cento de consumo de energia e cinquenta por cento na emissão de gases de efeito estufa, novamente caracteriza o interesse da Empresa em resolver interesses ambientais, sem investir nenhum centavo na implementação de filtros modernos, além disso, dá um passo adiante em sua pretensão de encerramento total na produção de alumínio primário e a venda de energia. A Novelis propõe a demissão de cento e sessenta trabalhadores. O Sindicato iniciou o cadastramento desses trabalhadores. É um absurdo como se processa essas demissões. A Novelis pega trabalhadores com mais de vinte e cinco, trinta, trinta e cinco anos e coloca na lista de demissões. Trabalhadores que tem direito a aposentadoria especial, conforme já falei, reconhecida pelo TST e pelo TRT em laudos periciais, pela Justiça Federal, nos processos de aposentadoria que rolam por anos e anos, levam até dois, três anos para se conseguir a sentença destes processos, as vezes, até mais. Então, diante dos fatos, começamos a cadastrar os trabalhadores que já foram comunicados que serão demitidos, acarretando problemas psicológicos, porque já foram avisados que a partir do dia trinta e um, você já não fará mais parte do quadro de funcionários. Como vai fazer o trabalhador? Nessa Audiência, a prioridade foi falar para os trabalhadores trabalharem com cuidado, cautela, para não se acidentar, porque senão poderá ser pior. Nossa Audiência foi pra isso, tentando mostrar ao trabalhador que o Sindicato vai à luta, para tentar reverter este quadro. Então aqui são inúmeros trabalhadores com doenças, inúmeros trabalhadores com hernia. Eu fui do quadro do grupo de ergonomia da fábrica e fiz trabalhos de levantamentos ambientais elogiados pelo Grupo (inaudível), porque eu fazia com critério, eu gosto de estudar. Nesse quadro, para operação do flexível de implantação de pino, o trabalhador podia pegar nove quilos, estava pegando trinta quilos, na implantação de pino. Mesmo apresentando para a empresa este laudo, de quando eu fiz o curso de ergonomia, nada foi feito. As pessoas continuaram trabalhando da mesma forma, hoje observa lesões de coluna e sempre é o mesmo, L4 e L5, sempre o mesmo anel que esta com problema, mesmo local, hérnia de disco, bico de papagaio, vários outros tipos, problemas de alergia, de manchas no rosto, síndrome do tunel do carpo, pessoas que foram operadas por movimento repetitivo nas duas mãos. Esse cidadão foi nos procurar desesperado no Sindicato, e ainda fala-se numa proposta de recolocação no mercado de trabalho. Como é que você vai colocar um operário no mercado, mutilado, com problemas dessa natureza? Não faz sentido essa proposta, isso é uma irresponsabilidade, isso é tentar colocar na mídia informações que aliviam o problema do caos que a Empresa está causando para a sociedade como um todo. São vários casos, mas este rapaz tinha feito cirurgia nas duas mãos, por problemas de movimentos repetitivos, e ele tinha vinte e oito anos de fábrica. Como demitir um trabalhador que já tem seu direito garantido pela Constituição? Mas a Empresa não reconhece. Isso é um absurdo. Se em ultima instancia, não conseguirmos por força política, pelo envolvimento da sociedade, do Poder Jurídico, se for o caso, aqui cabe pontuar, que para o Jurídico entrar, na tentativa de impedir as demissões, ela precisa ter sido efetivado o fato. Mas, politicamente, nós podemos fazer alguma coisa, para tentar impedir isso. O Sindicato tem feito a sua parte, tentamos marcar uma reunião com o diretor da Empresa, estamos aberto a negociações, nós queremos conversar, nós queremos resolver, manter os postos de trabalhos e ampliar a capacidade produtiva e tecnológica de Ouro Preto. Se não conseguirmos em última instância, vamos ter que enviar estes trabalhadores doentes para uma avaliação no Cerest ou em algum órgão que possa fazer a avaliação tecnicamente desses trabalhadores demitidos, caso não consigamos. E temos também que exigir a aposentadoria especial desses trabalhadores com mais de vinte e cinco anos e que é um direito reconhecido pela Justiça Federal e também esses processos do TRT só acontecem porque o trabalhador vai buscar a aposentadoria e não consegue por causa da Empresa. O Grupo Aditya Birla é líder mundial em laminados, não em tarugos. Aqui cabe um parênteses, em todo o momento que negociamos com a Empresa, desde a abertura do inquérito civil no Ministério Público, em que participamos da negociação, solicitávamos investimentos. Algumas melhorias modestas foram feitas, por pressão do Ministério Público e do Sindicato, em termos de meio ambiente, principalmente na fábrica de pastas, não podemos negar isso. Mas em desenvolvimento tecnológico e ampliação da capacidade produtiva, nenhuma.

Assim que ocorrer o fechamento da Redução dois, o que acontecerá? a empresa contratará uma medição ambiental e negará todo o passivo, sem que a sociedade perceba, porque a proposta dela de trinta e nove por cento de energia e cinquenta por cento de gases do efeito estufa, vem para isso. Tem medições de dois mil e seis, nove e doze que foram feitas na Empresa e se perde esses monitoramentos, ela não fornece. Tem PPP's que são preenchidos para a fábrica que já tem medições recentes e ela não atualiza. Com relação à PPP, é tão bárbaro o procedimento que estamos movendo uma inédita ação, que depois o Dr Vitor falará sobre ela, para garantir para o trabalhador que as suas documentações previdenciárias vão ser feitas corretamente. Inclusive essa ação de PPP, tem até perícia. Essas medições de dois mil e seis, nove e doze, o Sindicato pediu e a Empresa não apresenta. É desta forma que acontecem as coisas dentro da Empresa. Não permitiremos que a empresa negue a passividade dos trabalhadores, da sociedade, por todos estes anos, de operação do conjunto dos setores produtivos, incluindo a Redução dois. Nós queremos as medições de dois mil e seis, nove e doze. Vamos pedir isso juridicamente porque somos representantes da classe dos trabalhadores e temos direito de saber como vai a saúde do trabalhador. A Novelis lança notícias nos meios de comunicação pagos, e assim coloca a matéria como lhe convém. Fala da volta da produção do setor de alumina, porque não abrir o setor de alumina antes de fechar a redução dois? Pela proposição de contratação de trezentos trabalhadores, contrataria apenas cento e quarenta, assim não precisaria demitir os outros cento e sessenta. Isso demonstra a preocupação do Sindicato. Qual a intenção de lançar essa matéria nos meios de comunicação? Para quem será produzida cento e quarenta toneladas de alumina anunciada? Para se ter uma ideia, em média, a cada cinco toneladas de bauxita explorada, produz-se duas toneladas de alumina e uma tonelada de alumínio. A produção de alumínio, com o fechamento da Redução dois, será reduzida em cinquenta por cento. Sendo assim, a produção será de vinte e cinco mil anuais. Vamos fazer a conta, vinte e cinco mil vezes dois, porque para cada tonelada de alumínio, faz-se uma de alumina, dá total de cinquenta mil e restante, para onde vai? Isso é para a produção proposta. Além disso, as concorrências de mercado de alumina, tem as suas jazidas de bauxita muito perto das fábricas. As potências de produção de alumina, economiza com transporte, tornando seus custos baixos. Elas possuem tecnologias avançadas e o volume de produção estupendo, em comparação com a proposta do Grupo Hindalco. A qual proposta pretende essa informação? Sendo assim, não podemos acreditar nos discursos colocados nos meios de comunicação e queremos sim, que a Alumina volte e que este discurso se torne verdadeiro, com compromisso afirmado oficialmente junto aos órgãos públicos e que seja implantado esta ação antes do fechamento da Redução dois, porque em dois mil e oito no fechamento da Alumina houve inúmeras propostas de investimento, metal fúgel na Refusão e nenhuma foi feita, ficando só no papel. Papel aceita tudo, meios de comunicação aceita tudo. Quando pedimos que se analise com os olhos da razão, estamos tentando buscar a essência desses discursos, os fundamentos e propósitos que estão sendo lançados nos meios de comunicação. Gostaríamos sim, de estarmos discutindo o retorno da Alumina, mas que venha com compromisso oficial, não só com anúncios em meios de comunicação, porque já estamos vacinados. Tudo que se anuncia, muito que se anuncia não se faz. Então as propostas de investimentos de Ouro Preto feita pelos meios de comunicação, por exemplo, o fusion de construção de hidrelétricas, gerando emprego, construções de hidrelétricas, gerando emprego, mostra-se como engodo. Venda de energia é um ótimo negócio. Todo consultor que procuramos para falar sobre o assunto, comentam que é o grande negócio do presente. Cabe pontuar a questão da energia, que representa trinta e cinco por cento, dos custos da produção do alumínio primário, essa fábrica de alumínio primário eleva a energia, o consumo de energia é violento, isso é fato. Na história da produção de alumínio em Ouro Preto, essas hidrelétricas foram construídas pelo esforço do trabalhador, pelo suor do trabalhadores. Pinda teve investimento de quinze milhões, pelo suor do trabalhador e deu ótimos resultados. As usinas foram construídas nesses termos, pelo suor do trabalhador e pelo retorno que ele deu nesses anos todos de trabalho, trabalhadores de Ouro Preto. As hidrelétricas, a Novelis são patrimônio nosso, não podemos permitir que as empresas venham, exploram nossos recursos e mão de obra, degradam nosso meio ambiente, encerram suas atividades e vão embora. Se for o caso, temos sim que buscar, se a Empresa não quiser investir, a estatização dessa empresa. Para termos ideia de valores, o valor do megawatt/hora chega até a duzentos e cinquenta reais, com contrato de um ano, em informações obtidas pela internet. Vamos fazer a conta, além disso quem produz a energia, tem créditos de carbono, num valor considerável. Fizemos a seguinte conta, o megawatt vezes duzentos e cinquenta reais, por vinte e quatro horas, durante trinta dias, o valor total é de doze milhões e seiscentos mil reais/mês. Projetando isso em um ano, somando o valor, temos a noção do valor.

Tem pessoas que falam que pode ser até valor mais elevado, somando os carbonos. Isso é um ótimo negócio. Comentamos com uma pessoa que constrói usinas e ele nos disse que quer fazer usinas para vender energia. Nelson, do Sindicato, estava presente durante esta conversa e não nos deixa mentir. Vamos mencionar uma fala do Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e que conhece a história, tendo muitos anos de deputado e integrante da Comissão de Direitos Humanos. Essa fala dele foi dita na Audiência que realizamos na Assembleia Legislativa, que diz "... a Usina da Novelis foi instalada depois de um conflito muito grande, com o movimento dos atingidos da área, que gerou violência, pois a força policial do Estado esteve a serviço da Novelis?". Roberto Wagner: "tal qual essa Adop, que está a serviço parece que da Novelis. Durante o movimento de repressão aos trabalhadores, quer dizer, a polícia massacró. Tem uma pessoa do MAB - do Movimento dos Atingidos por Barragem, que pode falar sobre isso, que foram afetados, parte dos afetados. Comenta novamente sobre a fala do Deputado Durval Ângelo "...fizemos debate na Assembleia Legislativa, em que o Governo disse que a Comissão de Direitos Humanos estava contra a geração de empregos na Novelis e que a construção da Usina Hidrelétrica, garantiria empregos e produção. Tivemos que ouvir este discurso falacioso, em Audiência da Comissão?". Roberto Wagner: Vejam o que Comissão de Direitos Humanos fala sobre as negociações. Promete-se emprego, promete-se, no processo de aquisição da licença, tudo. Não se faz nada e ainda tem a ousadia de demitir. A comercialização da energia, hoje, é relativamente fácil, pode ser feita até em leilão. E as usinas em processo de concessão da Novelis, a que propósito? A intenção da Novelis, primeiro, é vender energia? Segundo, a que propósito continua com essas negociações de licenciamento de construção de hidrelétrica? Vender energia ou gerar emprego? Porque o discurso é gerar emprego. A fábrica de Ouro Preto conseguiu a licença operacional pelos últimos seis anos. Se eu estiver enganado, o representante da Novelis poderia falar sobre isso. E ela conseguiu a licença operacional por mais seis anos, isso é que foi divulgado. Pode ser que eu esteja errado. Uma vez que a licença operacional da Redução dois estava vencida, e as determinações estabelecidas para dar continuidade não foram feitas, entendemos que o processo drive (inaudível) da Redução três, tinha que ser implantado na Redução dois. Será que na nova licença estava determinado o fechamento da Redução dois? Parece que na nova licença, isso já estava caracterizado, porque no folder que a Novelis divulgou para todos os trabalhadores, estava escrito como meta, a redução de trinta e nove por cento de consumo de energia elétrica e redução de cinquenta por cento dos gases do efeito estufa. Tão logo soubemos disso, enviamos um ofício para a Empresa, perguntando quais seriam as ações relativas a essa meta e a Empresa não nos respondeu a altura. Ela só usou o discurso desviando do foco. Preocupados com isso, enviamos ofício para a Câmara que fez seu papel constitucional, cobrando da Empresa, através de intermediadora, das ações. Teve Vereadores que participaram. A todo momento, não se falava em demissão, e porque das demissões agora? Nos falaram, em negociações que tivemos com a Empresa, relativas ao inquérito civil que ela estava enfrentando, que toda a produção de placa ia deixar de ser fornecida para Pindamonhangaba, porém ela ia transformar em tarugos. Tem um representante da Federação que participou que pode comprovar o que estou falando. O rapaz fez até um desenho, de como faria. Depois, de uma hora para outra, lança essa bomba na mão dos trabalhadores e na mão do Sindicato. É deste jeito que acontecem as relações, por isso houve a perda de confiança do Sindicato, com relação à empresa. O choque nocivo particulares, emitidos pelo processo positivo é percebido e reclamado pela comunidade. Eu sei de casos de pessoas que reclamam disso. Existem suspeitas de doença da comunidade circunvizinhas a fábrica, e de trabalhadores que precisam ser investigadas, a relação causal. Entregamos a cópia de um trabalho feito pela Comissão de Direitos Humanos na Arquidiocese de Mariana, com relação a casos de câncer na comunidade circunvizinha da Novelis, que entregaremos para a Câmara. A saúde e segurança do trabalhador, aqui nem se fala, pessoas de vinte cinco, trinta anos serem demitidas, é o caos. É um absurdo, sendo que eles tem direito a aposentadoria, o que caracteriza mais uma vez que a Novelis está querendo estar acima da Lei. Porque se ela não cumpre a Legislação, não cumpre as determinações, se as ações que estão na Justiça é só na tentativa de protelar, Doutor Vitor falará disso, nos parece que ela quer estar acima da Lei. A aposentadoria é um problema, porque os trabalhadores não conseguem aposentar com vinte e cinco anos de trabalho. A Legislação Previdenciária determina, a partir de noventa e sete, noventa e oito, que o ônus do prejuízo à saúde do trabalhador deve ser ônus da empresa e não do Estado. Antes disso, o Estado assumia, passou disso, o ônus é da empresa. E o que fizeram? Cortaram as insalubridades de todos os setores e por ai vai. Os PPP's são preenchidos de forma, que nós tivemos que oficiar a Empresa várias vezes, para arrumá-los. CBO ? Código

Brasileiro de Ocupação ? de um trabalhador da Redução estava sendo preenchido como operador de laminador, trabalhador de forno sendo preenchido como almoxarife, essas são algumas das irregularidades que vimos nos PPP"s. De tanto oficiar a Empresa e apertar junto ao Ministério Público, ela começou a arrumar isso e agora temos essa ação que estamos fazendo para caracterizar que toda a exposição do trabalhador seja contemplada em seu PPP. Que é o documento que vai para a aposentadoria. Além disso, ela não recolhe os seis por cento da folha, destinada a esse fim da aposentadoria especial, que é o chamado VFIP. Entendemos ser isso uma sonegação fiscal, porque se temos isso como uma determinação de recolhimento em seis por cento na folha, para a aposentadoria e ela não é feita, a Justiça Federal reconhece que o trabalhador tem o direito à aposentadoria especial. Os TST e TRT reconhecem o processo de insalubridade que o trabalhador tem o direito à insalubridade e periculosidade. Isso não é uma sonegação fiscal? É desta forma que vamos tratar essas coisas. As reclamações de preenchimento de todos os PPP"s são de todos os setores produtivos. Não tem um PPP de setor que não foram reclamados e tivemos que oficializar a Empresa para arrumar. Questões para debate, as hidrelétricas da Novelis, em Minas Gerais, foram construídas pelos resultados alcançados anteriormente, onde os trabalhadores foram fundamentais, na obtenção de resultados. Hoje, conforme já mencionado, elas representam sessenta a setenta por cento da energia que a Empresa consome. Fizemos um levantamento, lembrando que não somos conhecedores de energia elétrica, tirado que deu mais de cento e dez megawatt/hora da capacidade de geração, e não sabemos se é capacidade instalada ou o que é. Queremos saber da Empresa, quanto ela realmente gera e se ela já não está vendendo energia ou transferindo energia para outras unidades? Não com discursos, mas com provas concretas. É apenas uma dúvida, não estamos afirmando nada, mas pelo levantamento tem mais energia do que a necessidade de demanda. Não sabemos se isso, de fato, é verdade, se é uma potência instalada, ou coisas desse tipo e queremos esclarecimentos a esse respeito disso. Queremos saber também se as usinas são realmente para suprir a fábrica de Ouro Preto e gerar empregos. O Sindicato sempre esteve aberto a negociações e queremos negociar com transparência e verdade, não com mentiras. E ficamos sabendo também que hoje, foi uma pressão em cima dos trabalhadores e que o Sindicato está mentindo para os trabalhadores. O Sindicato é tão sincero e honesto que vem a público para falar, vai no Ministério Público defender os direitos do trabalhador, ele não precisa ficar de conversinha. A postura da empresa deve mudar neste sentido, de tratar o trabalhador com respeito. Queremos primeiro que essa negociação seja intermediada pelo Ministério Público, porque se houve perda de confiança por parte do Sindicato para com a Empresa, queremos essa intermediação, e se possível, que a Câmara também participe, para podermos fazer isso oficialmente. Queremos que a discussão paute no cancelamento das demissões proposta, porque o Sindicato nunca poderá vir numa Audiência Pública defender as demissões. A postura colocada pelos trabalhadores, foi bem colocada e aprovada por unanimidade, que o Sindicato tem que vir para Audiência Pública para discutir com a Empresa a geração de emprego, não a demissão. Demissão é em última instância quando já não existe possibilidade nenhuma de negociação. Mas primeiro respeitando as questões constitucionais, tentando cancelar as demissões. Não entendemos isso como reestruturação, entendemos como desinteresse do Grupo Aditya Birla. Queremos negociar os investimentos da Novelis e que esta negociação aconteça em forma de protocolo, junto ao Governo de Estado e Órgãos Públicos de Ouro Preto, porque a empresa detém concessões públicas, de energia, com a finalidade de geração de empregos na produção de alumina. E nós temos meios de comprovar isso, já estamos negociando e queremos intensificar as aposentadorias especiais para trabalhadores com mais de vinte e cinco anos. Desde dois mil e dez que está em pauta, nas discussões junto a empresa, a questão da aposentadoria desses trabalhadores. Por radicalismo dela, por não reconhecê-los, tivemos que fazer algumas ações judiciais com relação a isso. Poderemos até renegociar uma redução temporária na jornada de trabalho, para que não haja as demissões. Esta é a apresentação do Sindicato. Passo a palavra para o Doutor Vitor para ele nos informe sobre as ações relacionadas as aposentadorias, junto a Justiça do Trabalho?. Vereador Roberto Leandro: ? Informa que necessita se ausentar, devido a outro compromisso?. Presidente: Roberto, temos que obedecer a sequência da Lei da Audiência Pública e por isso, tenho que passar a palavra para o representante da Novelis e em seguimos abrimos a palavra para o advogado do Sindicato, com tempo menor, também para os Vereadores e a todos que se inscreveram. Quero registrar a presença da Secretária de Governo, Senhora Maria Regina Braga, representante do Prefeito Municipal, Doutor José Leandro, seja bem vinda.

Passo a palavra para o representante da Novelis, senhor Doutor Ricardo Carneiro.?

Ricardo Carneiro: Senhor Presidente desta Casa, senhora Vereadora, senhores Vereadores, lideranças locais, senhores representantes de entidades sindicais, demais autoridades do município de Ouro Preto, cidadãos, senhoras e senhores. Inicialmente me permito uma rápida apresentação. Meu nome é Ricardo Carneiro, sou advogado e exerço essa profissão há exatos dezenove anos, forma em Minas Gerais, na Universidade Federal de Minas Gerais em mil novecentos e noventa e três. Tenho quarenta e dois anos de idade, sou de Minas, trabalho em Minas Gerias. Não sou funcionário da Novelis, embora preste serviço, de maneira plena e integral nas áreas ambiental e de mineração à empresa, há exatos quatorze anos, isso remontando no tempo em que as operações estavam sob a titularidade, inclusive da Alcan Alumínio do Brasil. Nessa oportunidade, tenho que registrar a impossibilidade de comparecimento dos integrantes da diretoria da Novelis. Uma diretora, pelo que soube, esteve ontem na empresa, embora exerça suas atribuições em São Paulo, recebendo a comissão de Vereadores desta Casa. Salve enganos de relatos que ouvi, anteriormente ao início dessa sessão, soube que treze vereadores estiveram na fábrica, liderados pelo Presidente da Casa, quando então obtiveram alguns esclarecimentos por parte de funcionários da empresa, inclusive de um representante da diretoria. Também justifica a sua ausência, o gerente da fábrica, Senhor Heli Murilo, que neste momento cumpre compromisso de ordem pessoal, fora dos limites da unidade de Ouro Preto. Vou me permitir, dentro dos limites do prazo regimental, previsto como já anunciado pelo senhor Presidente, na Lei Municipal que disciplina a organização e realização de Audiências Públicas de esclarecimentos a cargo da Câmara Municipal de Ouro Preto, num primeiro momento. Portanto, será a única, primeira e última, nessa sessão que farei qualquer manifestação lida, mas essa foi a orientação da diretoria para que houvesse absoluta precisão das informações que são necessárias a serem transmitidas ao público interessado que aqui comparece e ao Sindicato que pediu a realização dessa audiência pública e então, em respeito a precisão das informações, vou me permitir ler um comunicado elaborado pela alta administração da Novelis Alumínio do Brasil. E faço isso dizendo então que, nesse exato momento o grupo de liderança da empresa em Ouro Preto, obviamente envolvendo diretores e gerentes, está rigorosamente empenhado na manutenção das rotinas operacionais da fábrica. Ao mesmo tempo, em que gerencia esse período de transição, para que ele ocorra da maneira mais tranquila, objetiva e serena possível. Estou representando a Novelis que me incumbiu dessa atribuição e me pede que transmita aos senhores o agradecimento pela oportunidade que a empresa tem de prestar esses esclarecimentos e foi decisão de primeiro plano, de primeira percepção da empresa, que deveríamos nos fazer representar em respeito a essa Casa, aos solicitantes dessa audiência pública, a todos os interessados e principalmente aos funcionários da empresa e aqueles diretamente lotados ou vinculados a unidade denominada de Redução dois. A indústria do alumínio primário, como amplamente vem sendo divulgado pela imprensa e isso não parte, falo eu, só de comunicados pagos e informações que são oriundas de comunicação da própria empresa, mas é de amplo conhecimento público que a indústria de alumínio primário vem enfrentando sérias dificuldades no Brasil, há vários anos. Em função dessa situação, de acordo com a Associação Brasileira de Alumínio, que tem a sigla Abal, desde mil novecentos e oitenta e cinco nenhuma empresa do setor tem investido na ampliação da capacidade produtiva ou em novas plantas de alumínio primário no país. Infelizmente, a situação da Novelis em Ouro Preto é ainda mais crítica, por uma série de fatores, alguns deles já aqui mencionados, a começar pela unidade antiga, isso não se nega. A origem dessa unidade, remonta a fins da década de quarenta, mais enfaticamente da década de cinquenta. A Redução dois foi implantada na década de sessenta, a Redução é um pouco mais moderna, com equipamentos um pouco mais modernos, ainda que implantada na década de setenta, obviamente me referindo à década passada. Sendo uma unidade antiga, atualmente com baixa escala de produção considerando parâmetros atuais do mercado deste setor. O grupo gerencial da Novelis, bem como seus colaboradores, nunca

mediram esforços no sentido de procurar melhorias e resultados operacionais realizados nos últimos anos. Todos os investimentos possíveis e compatíveis com a tecnologia existente, aplicadas ao setor de produção de alumínio primário obviamente com as restrições inerentes a uma planta, aqui faço eu essa afirmação, com tantos anos de implantação por mais que haja mudanças tecnológicas e a possibilidade de novos investimentos, há sempre restrições em termos de montagem industrial, em termos de engenharia ao aperfeiçoamento de uma planta já tão antiga. Entretanto, fatores estruturais como alto custo de insumos e o preço do metal inviabilizaram por completo a continuidade da operação da Redução dois. Afirmando também, nessa oportunidade que esses fatores se devem a diversas razões, algumas delas dada a produção mundial de

alumínio principalmente por parte da China, que há quase dez anos tem um nível de produção altíssimo e consegue manter estabilizado os preços do alumínio, que é uma comodite, não são os produtores que necessariamente firma o preço da comodite, no mercado internacional, e o excesso de produção dos chineses, vem mantendo estagnado os preços, há mais de dez anos, e evidentemente neste período, existe um incremento dos custos de produção por diversos fatores, como mão de obra, energia, de lavra do minério de bauxita, enfim diversos fatores que tornam cada vez mais, complexa e difícil a manutenção dos níveis de produção. Conforme anunciado, como todos já sabem, que no dia dezessete de janeiro deste ano, a empresa tomou a decisão e essa decisão é irretirável, de focar a produção de metal primário exclusivamente para suprir o mercado de tarugo, item que possui maior valor agregado. Para atender a demanda e as especificações junto ao cenário, a empresa decidiu por reorganizar as suas operações na fábrica de Ouro Preto, concentrando a operação de metal em apenas uma das linhas de produção, como foi já dito, que é a Redução três. Não há portanto, nenhuma possibilidade, devo afirmar e registrar, de fechamento da unidade da fábrica de Ouro Preto. Se propõe a paralisação definitiva é da Redução dois, pois a Redução três, mais moderna, inclusive no tocante de controle ambiental, seguirá adiante em seu funcionamento mantendo então, os quatrocentos e quarenta empregos atuais, direcionados à essa fração da unidade produtiva. Redução três de Ouro Preto, está portanto, estruturalmente preparada para atender esse mercado, em volume e especificações e sim, continuará operando normalmente. A operação da Redução dois não é competitiva, obviamente sob o aspecto econômico, e será definitivamente encerrada a partir do dia trinta e um de março, deste ano de dois mil e treze. Com essa decisão, quatrocentos e quarenta empregos serão mantidos, e cerca de cento e sessenta

profissionais, esse número já se alterou e isso foi afirmado à Comissão de Vereadores que ontem esteve nas dependências da empresa, algo hoje em torno de cento e trinta e cinco, obviamente estes números não são trazidos aqui com um absoluto rigor e precisão, porque são números que variam em função de decisões pessoais de cada um dos profissionais envolvidos. Alguns deles, já optaram, ou tem outra oportunidade em outros estabelecimentos industriais, outros empreendimentos, e portanto, estarão fora da lista em função do fechamento. A Novelis vem conduzindo, esta questão do fechamento com respeito a todos seus públicos, em respeito aos seus colaboradores internos externos. Nesse sentido, ela aguarda, desde o último dia dezessete, quando anunciou o fechamento, a disponibilidade do Sindicato para negociar contrapartidas em escala coletiva, que sejam adequadas em relação aos profissionais envolvidos. Em nenhum momento, a empresa vem alardeando que o Sindicato se recusa a discutir, negociar. Nós respeitamos a decisão do Sindicato de negociar com a empresa, apenas após a realização da audiência pública nesta Casa, e esperamos portanto, que a partir de amanhã, já com os resultados dos trabalhos da Câmara de Vereadores de Ouro Preto, o sindicato esteja a disposição para iniciar estes necessários entendimentos e negociações com a Novelis. Além disso, a empresa criou um Centro de capacitação de carreiras que está implantado numa sala, com todos os equipamentos disponíveis, dentro da empresa, que oferecerá um amplo programa de apoio e capacitação para facilitar a recolocação dos profissionais no mercado de trabalho, tendo inclusive contratado uma empresa de renome nacional para auxiliar neste processo. Vale a pena adiantar, que este Centro recebeu neste últimos três dias, o contato de suas empresas de grande porte no estado, infelizmente essas empresas não autorizaram a divulgação de seus nomes, para não criar qualquer tipo de expectativa num momento de transição, mas posso afiançar e garantir que elas estão interessadas na absorção desses profissionais que serão desligados da companhia. Isso é um sinal positivo e inequívoco que o processo de transição será realizado de maneira menos traumática. São informações que a empresa gostaria de compartilhar, evidentemente, sem mencionar os nomes da empresas, e também do volume quantitativo de profissionais que possa eventualmente serem submetidos a recontração nas empresas interessadas. Senhores Vereadores, senhora Vereadora e público presente, estão certos e confortáveis que a Novelis continuará contribuindo para o desenvolvimento sustentável sobre todas as perspectivas de Ouro Preto, como sempre fez. Mais de quinhentos mil reais, serão alocados para que os senhores tenham uma noção, para projetos sociais da empresa, a serem realizados ao longo deste ano de dois mil e treze. Todas as entidades, aqui presentes e que possuem interlocutores legítimos, que a empresa sempre respeitou, ela continuara a disposição de todos eles para quaisquer esclarecimentos pertinentes que forem necessários e certamente serão dentro desse processo, que naturalmente geram incertezas e insegurança em todos os envolvidos. Ontem, juntamente com os Vereadores, a empresa abordou uma série de esclarecimentos, dúvidas, desfazendo

uma série de mal entendidos e dos que muitas vezes surgem por boatos, preocupação de pessoas que, direta ou indiretamente, sofrem os efeitos do desligamento da Redução dois, e temos certeza que todas as informações transmitidas foram relevantes e contribuirão para os resultados dos debates a serem produzidos nessa audiência pública. Reitero que, a Novelis permanece com a sua produção de metal primário no município, mantendo quatrocentos e quarenta empregos. Já foi anunciado pela imprensa internacional, os pré entendimentos do Grupo Hindalco, de aquisição e retomada das operações desta fábrica de alumina, e com isso, a manutenção das atividades extrativas minerais, de bauxita, que são imprescindíveis à produção da alumina, como parte do negócio do alumínio primário. Será outra empresa responsável pela operação da fábrica de alumina, e não há definição quanto a quantidade

de empregos que serão gerados na operação dessa fábrica. Evidentemente que os senhores Vereadores e muitos aqui presentes, conhecem o nível de emprego anteriormente a suspensão das operações de dois mil e dez, e certamente alguma coisa, próximo a este número será responsável pela condução das operações de produção de alumina. Agradeço, a essa Casa, a oportunidade de ter um representante da empresa, para prestar estes primeiros esclarecimentos e a nossa intenção é de abertura ao diálogo,

negociação ampla com o Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Preto, tão logo seja possível, mas já deixo alguns esclarecimento, com relação a algumas afirmações anteriores externadas durante a fala de nosso colega, presidente do Sindicato. Aos fins de dois mil e doze, a Novelis teve a revalidação da licença de operação da unidade de Ouro Preto, isso expressa a anuência do órgão ambiental do Estado de Minas Gerais, quanto a

continuidade das operações pelos próximos seis anos. Desde o penúltimo ciclo de validade da licença de operação, licença ambiental da unidade, havia uma demanda do Estado, no tocante ao desenvolvimento de estudos para o desenvolvimento de protótipo, quanto a instalação deste equipamento, aqui mencionado, drive (inaudível) na Redução dois, e essa é a exigência da licença de operação, deferida em caráter de renovação no final de dois mil e doze. A condicionante perde seu sentido, na medida que se decide pela interrupção das operações na Redução dois. Devo esclarecer que o negócio da Novelis, desenvolvido há tantas épocas, não é vender energia. A Novelis não é uma empresa constituída, autorizada perante a Agencia Nacional de Energia Elétrica, perante o poder concedente a geração de energia no país, é o governo Federal que é dono do potencial hidráulico, tanto quanto dele depende e aqui foi bem mencionado. De modo geral, a Novelis não é produtora de energia que estabelece vender energia para entidades ou organizações empresariais. A Novelis possui oito pequenas centrais hidrelétricas no entorno de Ouro Preto, e uma nos municípios de Santa Cruz do Descalvado e Rio Doce, na região leste do Estado de Minas Gerais, que é a Usina Hidrelétrica Rizoleta Neves, que geram hoje cerca de sessenta por cento da energia necessária para a produção atual de metal, no âmbito da unidade de Ouro Preto. A ideia essencial com o desligamento da Redução dois, é que o nível atual e, eu não saberia com precisão, reproduzir os dados referente